



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14315 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Mulheres Sem Terra em defesa da agroecologia popular

Mariana Ribeiro do Amaral - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Sonia Fatima Schwendler - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

MULHERES SEM TERRA EM DEFESA DA AGROECOLOGIA POPULAR

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo socializar as conclusões já consolidadas de uma pesquisa de mestrado, finalizada em 2019, com mulheres camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de referenciais críticos e decoloniais. O problema de pesquisa foi o de compreender como o trabalho das mulheres camponesas na agroecologia se articula com a dimensão das lutas por equidade de gênero no Assentamento Contestado (Lapa-PR). As histórias de vida das sete interlocutoras, que permitiram que esta pesquisa fosse feita, falam sobre a dimensão do trabalho produtivo e reprodutivo, sobre as subjetividades de quem opta pela agroecologia não somente enquanto modo de produção, mas enquanto modo de vida: sobre formas de ser, fazer, sentir, ensinar e aprender. A metodologia de pesquisa se construiu a partir dos constructos teóricos do método de Histórias de Vida, fazendo das memórias das interlocutoras, reconstruídas em narrativas, protagonistas em todas as etapas da pesquisa. O conceito de Feminismo Camponês e Popular permitiu concluir que, embora a cultura patriarcal impregne as relações de trabalho e vida no campo, as narrativas dessas interlocutoras evidenciaram uma resistência social desde o MST, vinculada, sobretudo, à produção agroecológica em uma perspectiva popular.

Palavras-chave: Mulheres camponesas, agroecologia, gênero, MST.

Introdução

A pesquisa de mestrado, com foco na agroecologia e no protagonismo das mulheres camponesas, tomou como referência as histórias de vida de sete mulheres camponesas de um

assentamento de reforma agrária do MST. A proposta da escrita foi de dar centralidade às narrativas dessas interlocutoras, de modo a visibilizar o protagonismo dessas mulheres na vida cotidiana no campo, sobretudo, na síntese da pesquisa. As interlocuções permeiam os quatro capítulos da dissertação, do início ao fim, não se restringindo ao capítulo dos “dados da pesquisa”, comumente presente nas últimas reflexões do texto.

Essa organização na escrita se conecta com as escolhas teórico-metodológicas da pesquisa, que consideram referências da História Oral, como método de pesquisa, no que se refere especificamente às histórias de vida, e às chaves de leituras decoloniais, que consideram as vozes dos povos originários, indígenas e quilombolas, e os conhecimentos dos povos do campo, das águas e das florestas. Esse reconhecimento, que defende os conhecimentos tradicionais como parte integrante da construção do conhecimento científico, e não meramente como acessório ilustrativo, implica uma mudança epistemológica por parte das produções acadêmicas.

As marcas deixadas pelas ações coloniais pelos povos invasores se repercutem até os nossos dias por meio de uma cultura colonialista, presente em diversas dimensões da vida: na educação, na pesquisa, na agricultura, na saúde, no meio ambiente e, sobretudo, nas relações interpessoais, permeando as subjetividades. O giro decolonial (WALSH, 2013) deslocou a produção acadêmica para as epistemologias do Sul, permitindo que as falas, os gestos, as vozes, as culturas dos sujeitos que vivenciam e produzem (r)existências *cocriem* a produção de dados de pesquisas. Nessa perspectiva, os dados não são coletados, mas produzidos em diálogo com as experiências dos sujeitos subalternizados historicamente.

Os sujeitos do campo são um desses grupos que compõem as comunidades tradicionais do hemisfério Sul do mundo. O método das histórias de vida (PORTELLI, 1997) conduziu as entrevistas com as sete mulheres camponesas, interlocutoras da pesquisa, formando uma teia coletiva por meio das narrativas, entremeadas por um conjunto de atividades realizadas para a construção de uma Coletânea de Documentários chamada de “Mulheres e Agroecologia” (disponível no *YouTube*). Além das interlocutoras desta pesquisa, outras jovens e mulheres camponesas compuseram um ambiente rico de encontros de diálogo, que formou o contexto da pesquisa.

Desde a criação do MST, na década de 1980, as mulheres camponesas participaram das ações coletivas de luta e reivindicação pelo direito à terra, à saúde, à educação e ao reconhecimento do seu trabalho no cotidiano. Para enfrentar as assimetrias de gênero, elas se organizam como Coletivo de Mulheres (desde a década de 1990) e/ou como Setor de Gênero (desde 2000) dentro da estrutura organizativa do MST, que é um movimento misto. É importante lembrar que muitas mulheres camponesas que não compõem o MST se organizam em movimentos autônomos, compostos exclusivamente por mulheres do campo, como ocorre no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Foi em 1997, na II Conferência da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) – integrante da Via Campesina, que é a maior instância dos movimentos

sociais camponeses, onde se organizam diversos movimentos sociais do mundo, entre eles o MST – que mulheres camponesas de movimentos mistos e autônomos se reuniram em um firme posicionamento político, e conquistaram a aprovação da paridade de gênero nas instâncias coletivas dos movimentos camponeses. Anteriormente, na década de 1980, as mulheres camponesas conquistaram direitos básicos, basilares à dignidade humana, como a licença maternidade; ter o lote em seu nome e o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural (ESMERALDO, 2013).

Este reconhecimento legal das mulheres trabalhadoras do campo, enquanto agricultoras, encaminha o caráter político da organização das mulheres, pautado fundamentalmente no enfrentamento ao modelo hegemônico de agricultura: o agronegócio, em busca de uma construção popular da agroecologia, pautando questões que vão além do trabalho produtivo em si. As mulheres camponesas protagonizaram historicamente esse lugar de enfrentamento por meio do trabalho agroecológico, que não se reduz ao trabalho produtivo na horta ou na roça, mas é compreendido em processos mais amplos: nos espaços de comercialização, beneficiamento dos alimentos e na criação de produtos. É na relação organizativa entre trabalho produtivo e reprodutivo que as mulheres camponesas pautam seu protagonismo na agroecologia.

Metodologia

As epistemologias do Sul e as histórias de vida foram chaves de leituras que orientaram o trabalho de pesquisa como um todo, a partir das pontes de diálogos construídas nas interlocuções com as protagonistas do trabalho. Nessa perspectiva, o percurso metodológico se construiu na intenção de perceber os vestígios coloniais denunciados nas narrativas e de evidenciar os conhecimentos produzidos *desde abajo* (WALSH, 2013), porque a pesquisa se produziu desde os conhecimentos e experiências dos povos tradicionais/das mulheres camponesas.

Rosa, Melissa, Maravilha, Baobá, Hortência, Dália e Alecrim foram nomes fictícios sugeridos pelas sete mulheres camponesas que fizeram parte da pesquisa de mestrado. Todas são *cisgênero*, se identificam no gênero feminino, e possuíam entre 30 e 63 anos, em 2018. O critério de escolha foi principalmente a relação com a agroecologia, diversificando a relação que possuem com ela, entre os espaços estão: setor de educação, setor da saúde, setor de produção e setor de gênero. O método da história oral traz a orientação de que a escuta realizada no trabalho de campo precisa ser atenta e flexível, no sentido de que o roteiro criado previamente para a interlocução não deve enrijecer o diálogo.

Análise e discussão de resultados

O Assentamento Contestado está localizado há 70km da capital paranaense, na região metropolitana de Curitiba, no município da Lapa. O nome dele faz referência a uma guerra ocorrida no início do século XX, de mesmo nome, em que grupos de camponeses foram literalmente exterminados em prol do crescimento do capital industrial. Em 07 de fevereiro de

1999, famílias Sem Terra de diversas regiões do Estado do Paraná ocuparam o território que, um ano depois, se tornaria o Assentamento Contestado. Segundo Rosa, uma das interlocutoras, em 2018, havia 153 famílias no Assentamento, distribuídas nos 108 lotes oficializados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Este Assentamento se fundou em um período histórico diferenciado dentro do MST, um período em que o movimento refletia sobre qual projeto de desenvolvimento de campo pretendiam ter, de modo a contrapor a estrutura hegemônica latifundiária perpetuada por anos no Brasil. No 4º Congresso do MST, em 2000, o movimento avançou bastante nesse debate. Neste encontro o tema foi “Por um Brasil sem latifúndio”, em que a agroecologia foi prospectada como prática produtiva para o movimento, além de ser pautada a igualdade de gênero como definição para as diversas instâncias do MST. Esse contexto mostrou como a agroecologia e as questões de gênero caminharam juntas no panorama histórico.

O Assentamento Contestado é referência em produção agroecológica para universidades, movimentos sociais e organizações formais, embora nem todas as famílias assumam a produção agroecológica em seus lotes. Segundo as narrativas da pesquisa, as mulheres contam que muitas famílias encontraram e encontram dificuldades em produzir de forma agroecológica, e que havia um discurso muito forte afirmando que quem produzisse de modo agroecológico, passaria fome.

Segundo Dália, outra interlocutora, em 2018, 65 das 108 famílias produziam de forma agroecológica. Isso mostra que a implementação de uma cultura agroecológica não necessita somente de uma definição formal do movimento, mas de um trabalho de base junto às famílias do assentamento. É nesse ponto que entra uma das frentes de trabalho das mulheres do campo. As mulheres camponesas desta pesquisa fizeram parte da construção do Assentamento Contestado, uma delas esteve presente, inclusive, desde a fase de acampamento.

Essa construção é atravessada por um caráter político e educativo muito presente no enfrentamento ao agronegócio e na defesa da agroecologia por essas mulheres, quando elas: 1) produzem sem agrotóxicos, perspectivando a soberania alimentar; 2) se reúnem na organização de mulheres do Assentamento Contestado para convidar outras mulheres a refletirem sobre o modo de vida na agroecologia; 3) elaboram que o trabalho produtivo e reprodutivo são interdependentes e seus quintais agroecológicos sustentam suas famílias, permitindo que não seja necessário recorrer ao consumo de mercadorias externas, contribuindo para a economia doméstica; e 4) reconhecem que as relações de gênero dentro da agroecologia caminham para relações de igualdade entre homens e mulheres, ainda que isso necessite de uma conscientização permanente.

Embora se tenha claro, como mencionou Rosa, de que dizer “*nós também somos feministas, é algo recente*”, há um processo histórico nos movimentos sociais camponeses que traz o feminismo na agenda política do campo. As narrativas das sete interlocutoras podem

ser compreendidas teoricamente a partir de um feminismo que vem sendo construído pela Via Campesina: o feminismo camponês e popular, uma elaboração que serve para nomear um feminismo que resguarda as especificidades do campo, combate o agronegócio e afirma a agroecologia, em uma perspectiva popular. É um feminismo que busca combinar em um projeto de agricultura, as questões ecológicas, de soberania alimentar, com a bandeira histórica da igualdade de gênero, fortalecendo, dessa forma, a agência e as experiências das mulheres do campo e, reconhecendo seu papel na economia camponesa (SCHWENDLER, 2017; 2020).

Destaca-se que a soberania alimentar se diferencia da Segurança Alimentar, uma vez que ganha um caráter político para nomear formas de produzir e consumir alimentos próprios das culturas locais, sem agrotóxico, contribuindo para relações cooperativas entre as comunidades, não dependendo mais das grandes indústrias alimentícias que transformam alimentos em meras mercadorias pouco acessíveis às populações do campo.

Considerações finais

A referida pesquisa concluiu que as mulheres camponesas, que fizeram parte de um movimento histórico de luta por direitos trabalhistas, por garantir à mulher o direito à terra, assumiram reflexões sobre gênero e agroecologia articuladas à questões de classe, no enfrentamento ao agronegócio. “Esse “feminismo camponês e popular” que tem suas raízes nos movimentos sociais populares, especialmente os do campo, está relacionado à luta de classes e à ação política das mulheres.” (Schwendler, 2017, p. 160).

Elas, portanto, reconhecem a contribuição histórica do feminismo, por isso é “feminismo”, entretanto, firmam as culturas camponesas como elemento central, por isso “é camponês” e se posicionam na contramão do sistema capitalista, denunciando a exploração e a dominação dos seres humanos sobre outros seres humanos, e, sobretudo, sobre a natureza, por isso é “popular”. Essas mulheres fortalecem suas agências, criando uma resistência social, por meio da construção de uma agroecologia popular, fraturando as bases da cultura patriarcal.

REFERÊNCIAS

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. “Protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social”. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, (14), fev, 1997.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais de campo. *In*:

TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (Orgs.). **Teorias e Políticas de Gênero na Contemporaneidade**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2017.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Sem feminismo não há agroecologia: a resistência camponesa com democracia de gênero. *In*: TÁRREGA, Maria Cristina V. B.; ISAGUIRRE-TORRES, Katya R.; SANTOS, Gilda Diniz dos (Orgs.). **Conflitos agrários na perspectiva socioambiental**. Goiânia: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, p. 131-154. 2020.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos. *In*: WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Tomo I. (pp. 23-68). Quito-Ecuador: Abya Yala. 2013.